



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

| | | |
|--|---------------------------------|---|
| INTERESSADA: Organização Tecnológica de Ensino Ltda. | | UF: BA |
| ASSUNTO: Descredenciamento voluntário da Faculdade UNEX, com sede no município de Porto Seguro, no estado da Bahia. | | |
| RELATOR: Mauro Luiz Rabelo | | |
| PROCESSO Nº: 23000.002245/2024-52 | | |
| PARECER CNE/CES Nº: 684/2024 | COLEGIADO: CES | APROVADO EM: 5/11/2024 |

I – RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de descredenciamento voluntário da Faculdade UNEX, código e-MEC nº 23155, anteriormente denominada Faculdade de Tecnologia e Ciências de Porto Seguro – FTC Porto Seguro, a ser realizado sob a forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

A Instituição de Educação Superior – IES, mantida pela Organização Tecnológica de Ensino Ltda., código e-MEC nº 16093, foi credenciada pela Portaria MEC nº 53, de 14 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 15 de janeiro de 2020.

Há, em nome da mantenedora, outra IES sob sua manutenção.

De acordo com o sistema e-MEC, a IES tinha como sede o município de Porto Seguro, no estado da Bahia. Seu *campus* era situado na Rua Marechal Teodoro da Fonseca, nº 228, Centro, e ofertava o seguinte curso superior:

| Curso | Código do curso | Situação | Ato Autorizativo |
|----------------------|------------------------|-----------------|--|
| Direito, bacharelado | 1431564 | Ativo | Portaria SERES/MEC nº 23 de 31/1/2020, DOU 17/2/2020 |

A solicitação de descredenciamento voluntário está formalizada no Ofício nº 51/2023-OTE/GPAR, de 22 de janeiro de 2024, constante dos autos em comento.

Considerações do Relator

O Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, de supervisão e de avaliação de IES e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, estabelece, em seu art. 12, o que segue:

[...]

Art. 12. As modificações do ato autorizativo serão processadas na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento de IES, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 1º Os seguintes aditamentos dependem de ato prévio editado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação:

I - aumento de vagas em cursos de graduação ofertados por faculdades;

II - aumento de vagas em cursos de graduação em Direito e Medicina ofertados por centros universitários e universidades, observado o disposto no art. 41;

III - extinção voluntária de cursos ofertados por IES sem autonomia;

IV - descredenciamento voluntário de IES ou de oferta em uma das modalidades;

V - unificação de IES mantidas por uma mesma mantenedora; e

VI - credenciamento de campus fora de sede.

No mesmo sentido, dispõem os arts. 75 e 76 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017:

[...]

Art. 75. O pedido de descredenciamento voluntário de IES, acompanhado da extinção de todos os seus cursos, tramitará como aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento e será processado mediante análise documental, ressalvada a necessidade de avaliação in loco apontada pela SERES, após a apreciação dos documentos.

[...]

Art. 76. O pedido de descredenciamento voluntário de instituição somente poderá ser protocolado mediante a comprovação do encerramento da oferta de todos os cursos, da inexistência de pendências acadêmicas de estudantes, da emissão de todos os diplomas e certificados ou da transferência de alunos, conforme o caso, bem como da organização do acervo acadêmico, nos termos do Decreto no 9.235, de 2017, e de norma específica expedida pela SERES.

Parágrafo único. O acervo acadêmico da IES deverá estar organizado e em condições adequadas de conservação, conforme estabelecido em normativo específico expedido pela SERES.

Além disso, o descredenciamento voluntário deve ser processado mediante a análise dos documentos listados no art. 77 da referida Portaria, quais sejam:

[...]

I. Requerimento de descredenciamento voluntário, formalizado pelo dirigente da mantenedora da instituição de ensino;

II. Cópia do último edital de processo seletivo da instituição;

III. Declaração assinada pelo dirigente máximo da instituição, com firma reconhecida, firmando os seguintes compromissos:

a) responsabilização pela guarda do acervo documental de estudantes, de cursos e da IES até a finalização do processo, bem como pela entrega do acervo, organizado na forma disciplinada no Capítulo II, Seção VIII, da Portaria Normativa MEC nº 22, de 21 de dezembro de 2017, à instituição sucessora;

b) indicação de IES sucessora para entrega do acervo acadêmico, com apresentação de termo de aceite firmado por seu representante legal;

c) comprovação de encerramento ou inexistência de pendências junto a programas do MEC vinculados aos cursos, tais como o Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Parágrafo único. A IES sucessora indicada deverá ser, preferencialmente, pertencente à mesma mantenedora ou à mantenedora que tenha sócios majoritários em comum, se for o caso.

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, por meio da Nota Técnica nº 64/2024/CGCIES/DIREG/SERES/SERES, indica que a IES cumpriu todos os quesitos dispostos na Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, tendo fornecido à Secretaria os documentos necessários para análise da solicitação.

A IES cumpre as imposições expressas no art. 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e preenche os pressupostos dos arts. 76 e 77 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, haja vista estar presente nos autos declaração indicando, como responsável pela guarda do acervo acadêmico, a Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC Petrolina, código e-MEC nº 20607, cujo Termo de Aceite de Guarda do Acervo Acadêmico encontra-se assinado e anexo ao processo.

Em atendimento ao art. 79, § 1º, da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, observa-se que não há processos regulatórios referentes a essa IES em trâmite no sistema e-MEC, conforme comprovante anexo ao processo.

O processo encontra-se devidamente instruído, atendendo à legislação vigente, nos termos do Decreto e da Portaria supracitados.

Face ao exposto, encaminho o seguinte voto para apreciação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CES/CNE, nos termos abaixo exarados.

II – VOTO DO RELATOR

Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade UNEX, com sede na Rua Marechal Teodoro da Fonseca, nº 228, Centro, no município de Porto Seguro, no estado da Bahia, mantida pela Organização Tecnológica de Ensino Ltda., com sede no município de Salvador, no estado da Bahia, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos

termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017.

Neste mesmo ato determino que a Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC Petrolina ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade UNEX.

Brasília-DF, 5 de novembro de 2024.

Conselheiro Mauro Luiz Rabelo – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 2024.

Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Presidente

Conselheira Luciane Bisognin Ceretta – Vice-Presidente